

DÍVIDA EXTERNA

Brasil terá pelo menos 10 anos para pagar débitos

BRASÍLIA — O Brasil já pode contar, pelo menos, com prazo de dez anos para a amortização de seus empréstimos externos, como ofereceu o Banco Mundial (Bird) nas operações de co-financiamento com os bancos privados, informou ontem o Ministro da Fazenda, Ernane Galvães. No último empréstimo-jumbo obtido pelo País, de US\$ 6,5 bilhões, o Governo brasileiro conseguiu dos bancos credores prazo de nove anos para pagar.

Segundo Galvães, a única vantagem do co-financiamento, que pode totalizar US\$ 2 bilhões, é a taxa de juros estável durante o período de amortização. Ele explicou que, por esse esquema, sempre que os juros passassem de dez a 12 por cento — taxa a ser definida — até um limite de 16 por cento os pagamentos seriam incorporados ao principal da dívida (capitalização dos juros).

De acordo com Galvães, o esquema proposto pelo Bird deverá ser debatido na reunião da diretoria do banco, no fim de setembro, mas ain-

da que seja aprovado, não significa que o Brasil venha a aceitá-lo, porque o País ficaria sujeito às condições do banco, que exige a completa liberalização das exportações e das importações.

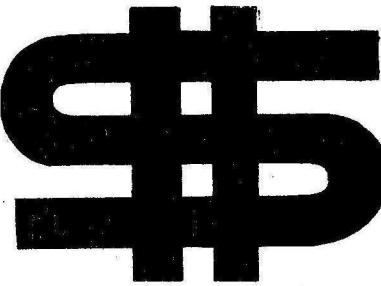
Em princípio, essa regra não é ruim, diz o Ministro da Fazenda, mas tira do Governo a liberdade de suspender, eventualmente, a exportação de qualquer produto, para atender às conveniências do mercado interno.

A proposta do Bird consiste em liberar US\$ 250 milhões do total do empréstimo, enquanto os bancos privados participariam com US\$ 1,75 bilhão.

De acordo com Galvães, uma das dúvidas do Governo quanto à aceitação do co-financiamento é que, sómente dentro de dois meses, aproximadamente, o País saberá de quanto precisará em recursos novos no próximo ano. Se esse volume for considerado pequeno, não valerá a pena para o País submeter-se às condições do Bird.

Há pelo menos dois setores da economia que poderiam ser reativados sem a necessidade de crescimento nas importações: a indústria automobilística e a construção civil

ERNANE GALVÃES, Ministro da Fazenda



BUENOS AIRES — A Argentina desvalorizou ontem o peso em 2,15 por cento frente ao dólar. A medida foi interpretada pelos operadores de câmbio como uma demonstração de boa vontade do governo, por coincidir com o reinício das conversações entre o Ministro da Economia, Bernardo Crispún, e os credores do país, em Washington.

Essa é a segunda vez em duas semanas que o Banco Central acelera a taxa normal de desvalorização — 0,75 por cento por dia — para tornar mais competitivas as exportações argentinas. No dia 30 de julho, o banco desvalorizou o peso em 2,9 por cento. Em julho, a depreciação da moeda argentina totalizou 20 por cento em relação ao dólar, superando a inflação no período, que foi de 18,3 por cento.